

**UMA PERSPECTIVA SOBRE IDENTIDADE E DISCURSO
– RESENHA DE *O QUE É LUGAR DE FALA?*,
DE DJAMILA RIBEIRO**

Tamara Cecília Rangel Gomes (SEEDUC-RJ)

tamaracrangelgomes@gmail.com

Crisóstomo Lima do Nascimento (UFF)

crisostomoln@gmail.com



RIBEIRO, Djamilia. *O que é lugar de fala?*. Belo Horizonte: Letramento, 2017. 112p. (Feminismos plurais)

https://www.amazon.com.br/que-%C3%89-Lugar-Fala/dp/8595300402/ref=sr_1_1?adgrpid=1143492809992102

Djamila Ribeiro é uma das principais intelectuais negras e feministas do Brasil. A influência para falar sobre questões sociais envolvendo corpos negros veio de casa. Nascida em 1980, na Baixada Santista, seu pai – estivador – foi um dos fundadores do Partido Comunista de Santos.

Trabalhou numa barraca de pastel e foi auxiliar de serviços gerais enquanto estava na graduação em Jornalismo, numa época em que não se discutiam políticas afirmativas (como as cotas raciais e o Prouni), que fomentam a permanência dos estudantes em seus cursos.

Após o falecimento de sua mãe e do adoecimento do seu pai, conseguiu trabalho na biblioteca da Casa de Cultura da Mulher Negra, onde teve contato com autores e autoras negras. Destas potentes influências cursou graduação e o mestrado em Filosofia Política pela Universidade Federal de São Paulo.

É uma filósofa que dialoga com sua contemporaneidade, tratando assuntos com os recortes de classe, raça e gênero com linguagem e preços acessíveis aos seus interlocutores. Há de se pontuar que a coleção *Feminismos Plurais*, que coordenou na Editora Letramento, possui a peculiaridade de apresentar-se editorialmente em edições que em tempos de outrora

chamaríamos de “livro de bolso”, estampando em suas capas as fotografias das vozes que se anunciam, dos seus autores. Desta forma, traz seu retrato na capa de *O que é lugar de fala?*, assim como os retratos dos demais autores que se encontram nesta coleção.

Cumpre-nos pontuar que estas fotografias anunciam a presença e a autoria destas vozes. Não são vozes anônimas. São vozes e são rostos que pretendem trazer esclarecimentos que fortaleçam a pauta que resiste ao apagamento e ao silenciamento.

Para discorrer sobre lugar de fala, Djamilia nos propõe uma extensa revisão de literatura, incluindo-se no debate com autores que trazem conceitos referentes às diferentes ondas do feminismo e o recorte da inserção do feminismo negro e suas particularidades.

Dito isto, a leitura aponta para sua própria justificativa: a relevância social de se discutir o lugar de fala, de quem é esta fala e de onde ela parte pelo próprio conceito de lugar. Milton Santos (2007) e suas contribuições para o pensamento geográfico e para a ciência que estuda o espaço e a construção sócio-histórica da paisagem nos auxilia na compreensão de que, diferente do espaço em si, o conceito de lugar remete ao privado, ao exclusivo.

Isto posto, tornou-se comum o quase dito popular reiteradamente falar que “vou colocar fulano no lugar dele” ou “ponha-se no seu lugar”, numa clara alusão de que devemos ter ciência das delimitações que são impostas para uma efetiva ocupação, não sendo franqueados acessos aos espaços públicos. As categorias de análise de classe, raça e gênero também se utilizam de delimitações de espaço, fortalecendo movimentos segregacionistas. A história não nos permite esquecer o *Apartheid* estabelecido na África do Sul no século XX e as possíveis novas tipificações de *Apartheid* palestino.

No Brasil, assistimos cotidianamente a diferentes formas de *apartheid*. Tornou-se comum o não estranhamento do elevador de uso exclusivo para “serviço” (ou, por que não dizer para quem presta o serviço?), as construções arquitetônicas que insistem na dependência chamada “quartinho de empregada”, em dimensões menores que demarcam as diferenças dos demais quartos.

Em residências onde a renda familiar não permite o pagamento de uma funcionária e seus direitos trabalhistas, garantidos pela consolidação das leis do trabalho, a CLT, o “quartinho de empregada” transforma-se no

“quartinho da bagunça”, aquele lugar da casa ou do apartamento, onde esconde-se o que não deveria ficar à vista das visitas da sala. Desta forma, nós continuamos reproduzindo na arquitetura espaços/lugares racistas.

Gilberto Freyre, um dos maiores clássicos da historiografia nacional, apesar das críticas em torno do mito da democracia racial, nos deixou por legado duas obras que traçam exatamente essa divisão de lugares sob o filtro da raça/classe: “Casa Grande e Senzala” e “Sobrados e Mucambos”, desde os tempos coloniais os lugares estão postos e demarcados.

De igual forma, recentemente nossa sociedade levantou a discussão do lugar do entregador de aplicativo: afinal ele sobe ou não para fazer a entrega de um lanche? E se não sobe o morador do condomínio, insatisfeito, armamentista, pode alvejá-lo de tiros?

As discussões acerca do lugar de fala associam-se aos lugares sociais dos sujeitos, aos espaços cujo acesso não lhes são franqueados e aos espaços que lhes são atribuídos. Em possibilidade de evento de uma intempérie climática e os prováveis alertas para as “áreas de risco”, naturalizamos assistir nas mídias digitais e analógicas ao desespero de uma parcela da população afetada com desmoronamentos, enchentes, enxurradas. Quase podemos adivinhar quais serão, potencialmente, os corpos soterrados em meio a lama ou os corpos que sofrerão a dor de ter perdido tudo: a moradia, os mantimentos, as roupas... A dignidade também se perde e o racismo, além de histórico, também é geográfico.

Estas são algumas das razões que justificam a atualidade e urgência desta resenha. Pensar no lugar de fala é, antes de mais nada, entender--se como voz e contribuir academicamente para que não se legitime supremacias daqueles que falam de espaços de poder e privilégio.

No texto inicial, “Um pouco de história”, Djamila apresenta o percurso intelectual e da militância de mulheres negras ao longo da história. Neste sentido, pontua o exemplo de Sojourner Truth na produção de discursos contra hegemônicos, marcando a primeira onda do feminismo, ainda no século XIX. Nestes discursos encontravam-se como problemas a universalização da categoria mulher. Esta onda também contribuiu para as lutas contra a escravidão, pelo sufrágio feminino e pela justiça social (Cf. p. 14).

Pontua a relevância acadêmica de Lélia Gonzalez, como uma das primeiras intelectuais a destacar a importância da interseccionalidade ao

analisar as experiências das mulheres negras, enfatizando como raça, gênero e classe se interligam para moldar suas vidas, tecendo uma crítica incisiva das estruturas de poder que perpetuam o racismo no Brasil, destacando como as políticas governamentais e as práticas sociais excluíam e marginalizavam a população negra, desestabilizando a epistemologia hegemônica.

Outrossim, bell hooks criticou o colonialismo e suas ramificações contemporâneas, destacando como o racismo, o sexismo e outras formas de opressão são intrinsecamente ligados ao legado colonial, promovendo o pensamento decolonial. Enfatizou, também, a importância de uma análise interseccional que considere não apenas a raça, mas também a classe, o gênero, a sexualidade e outras identidades como elementos fundamentais na compreensão das dinâmicas coloniais e de poder.

Djamila, na p. 19, também explicita as contribuições de Linda Martín Alcoff para o feminismo são marcadas por sua análise crítica e suas reflexões sobre questões de identidade, raça, gênero e poder, dialogando com outras formas de identificação construídas socialmente e como essas categorias influenciam as experiências das pessoas, especialmente das mulheres.

No texto seguinte, “Mulher negra: o outro do outro”, a autora menciona como premissa que se fale da mulher negra a partir da mulher negra. Sob esta perspectiva, o olhar colonizador sobre os corpos, saberes e produções das mulheres negras reforçando o silenciamento histórico. Neste contexto, Simone Beauvoir, cunha a categoria de outro, que representa a maneira pela qual as mulheres são definidas e compreendidas em relação aos homens na sociedade. Beauvoir argumenta que as mulheres são frequentemente consideradas como “o outro” em relação aos homens, ou seja, são vistas como diferentes, secundárias e subordinadas em comparação com a norma masculina.

O que dizer, então, da mulher negra? Para Grada Kilomba, a mulher negra é o outro do outro. “O outro do outro”, de Kilomba (Cf. RIBEIRO, 2017, p. 23), é uma reflexão sobre como as pessoas que são historicamente consideradas “o outro” na sociedade – como as pessoas negras, indígenas, LGBTQ+, imigrantes, entre outros grupos marginalizados – também podem internalizar a visão de si mesmas como “outros”. Isso significa que, além de serem percebidos como diferentes, diversos e marginalizados pela sociedade dominante, esses grupos também podem internalizar e reproduzir essa visão de si mesmos.

Em *O que é lugar de fala?*, Ribeiro procura discutir uma das categorias centrais para o entendimento do que é lugar de fala, pontuando o lugar social que as mulheres negras ocupam e o percurso para a consolidação de sua fala, de seu discurso.

Para a filósofa, a demanda pelo esclarecimento do uso do termo discurso e a importância de se interromper ciclos de autorização discursiva, sob a perspectiva foucaultiana, como um sistema que estrutura determinado imaginário social, com categorias de análise de poder e controle. (Cf. p. 32).

Djamila Ribeiro pontua a epistemologia sobre o termo “lugar de fala”, localizando-o em traduções literais do “ponto de vista feminino” em diferentes documentos que tratam do feminismo em si, na psicanálise representada em obras de autores como Michel Foucault, Linda Alcoff e Gayatri Spivak, reforçando sua hipótese de que esta demarcação teórica do termo se faz necessária, quando se consideram implícitas dentro de normatizações hegemônicas.

Isto posto, o uso do termo lugar de fala caracteriza-se, sobretudo, em situações que remetem a possibilidade de existir, refutando processos históricos de dominação e subordinação discursiva consequente de hierarquização social hegemônica, de estruturas de perpetuação do racismo e de urgência da compreensão do direito de existência digna, de pertencimento social, de vez e voz em seu próprio locus social e franqueamento de acessos em outros espaços.

Em palavras da própria autora “o lugar social não determina uma consciência discursiva sobre este lugar” (RIBEIRO, 2017, p. 39), não há experiências universalizantes, razão pela qual lugar de fala não diz respeito ao quê se fala, propriamente, mas de onde se fala e esta perspectiva desestabiliza normas tidas como apropriadas, normatizadas, hegemônicas porque sugerem enfrentamentos de poder instituídos.

Na sequência, têm-se o texto, “Todo mundo tem lugar de fala” que aborda a importância do reconhecimento da diversidade de experiências, vulnerabilidades e perspectivas dentro das discussões sociais. A autora argumenta que é fundamental dar voz às pessoas que vivenciam diferentes formas de opressão e discriminação, destacando a necessidade de incluir essas vozes nas conversas sobre questões sociais, políticas e culturais. A autora ressalta a importância de reconhecer e valorizar o lugar de fala de cada indivíduo, especialmente aqueles que historicamente foram marginalizados ou silenciados.

Em nossa contemporaneidade, o espaço virtual tem-se colocado como lugar de disputas de discursos, de narrativas, de falas de grupos vulneráveis em luta por seu lugar de existir. No entanto e, apesar disto, importa considerar os limites identificados no espaço das redes sociais, dos aplicativos de mensagens virtuais e toda ferramenta de compartilhamento de narrativas, sobretudo as contraproducentes contradições percebidas.

Tais contradições residem nos embates entre a liberdade de expressão e discurso de ódio que geram um dilema fundamental entre garantir o direito à expressão livre e proteger grupos vulneráveis contra mensagens que incitam o ódio e a violência.

Enquanto a liberdade de expressão é um princípio democrático essencial, o discurso de ódio pode causar danos reais, cancelamentos, “hates”, promovendo a discriminação, o preconceito e até mesmo a violência contra certos grupos sociais. Assim, a questão central é encontrar um equilíbrio entre proteger a liberdade de expressão e combater o discurso de ódio, garantindo que a expressão livre não seja usada como um pretexto para propagar mensagens que ataquem a dignidade e os direitos humanos dos outros. Este equilíbrio muitas vezes envolve estabelecer limites legais claros para o discurso de ódio, enquanto protege vigorosamente o direito à expressão de opiniões e ideias diversas.

Djamila enfatiza ainda que “há pessoas que dizem que o importante é a causa, ou uma possível voz de ninguém, como se não fôssemos corporificados, marcados e deslegitimados pela norma colonizadora. Mas, comumente, só fala na voz de ninguém quem sempre teve voz e nunca precisou reivindicar sua humanidade. Não é à toa que iniciamos esse livro com uma citação de Lélia Gonzalez: “o lixo vai falar, e numa boa”. (RIBEIRO, 2017, p. 51).

Dito isso, destaca-se a atualidade das reflexões e elucidações de Djamila Ribeiro e a necessidade de divulgação de seu pensamento, numa perspectiva interdisciplinar que visa acercar-se dos fenômenos contemporâneos e refletir sobre estratégias para contorná-los, sobretudo trazendo visibilidade a estas discussões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala?. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

_____. Pequeno manual antirracista. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

_____. Quem tem medo do feminismo negro?. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SANTOS, Milton. Metamorfoses do espaço habitado. Fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Edusp, 2007.